

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem e conteúdo do direito constitucional	1
1.1. Objeto do direito constitucional quanto ao foco de investigação	3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução	4
2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	5
2.1.1. Constituição em sentido sociológico	6
2.1.2. Constituição em sentido político	6
2.1.3. Constituição em sentido jurídico	7
2.2. Constituição em sentido material e formal	8
3. Classificação das constituições	10
3.1. Quanto à origem	10
3.2. Quanto à forma	11
3.3. Quanto ao modo de elaboração	12
3.4. Quanto ao conteúdo	13
3.5. Quanto à estabilidade	17
3.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)	20
3.7. Quanto à extensão	21
3.8. Quanto à finalidade	22
3.9. Outras classificações	23
4. Breve resumo das constituições do Brasil	26
4.1. A Constituição do Império (1824)	26
4.2. A primeira Constituição Republicana (1891)	27
4.3. A Constituição de 1934	28
4.4. A Constituição do Estado Novo (1937)	28
4.5. A Constituição de 1946	29
4.6. A Constituição de 1967	30

4.7. A Constituição de 1969 (Emenda 1 à Constituição de 1967)	30
4.8. A Constituição de 1988	31
5. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988	33
5.1. Preâmbulo	33
5.2. Parte dogmática da Constituição de 1988	35
5.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) ...	36
5.4. “Elementos da Constituição”	37
6. Entrada em vigor de uma nova Constituição	38
6.1. <i>Vacatio Constitutionis</i>	38
6.2. Retroatividade mínima	39
6.3. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita	41
6.3.1. Desconstitucionalização	42
6.4. Direito ordinário pré-constitucional	43
6.4.1. Direito ordinário pré-constitucional incompatível ...	43
6.4.1.1. Inconstitucionalidade superveniente	44
6.4.2. Direito ordinário pré-constitucional compatível	46
6.4.3. Direito ordinário pré-constitucional não vigente	54
6.4.4. Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	55
6.5. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional ..	56
7. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	59
7.1. Classificação de José Afonso da Silva	60
7.1.1. Normas de eficácia plena	60
7.1.2. Normas de eficácia contida	60
7.1.3. Normas de eficácia limitada	63
7.1.4. Eficácia das normas programáticas	65
7.2. Classificação de Maria Helena Diniz	66
8. Interpretação da Constituição	68
8.1. Correntes interpretativistas e não interpretativistas	68
8.2. Métodos de interpretação	69
8.2.1. O método jurídico (método hermenêutico clássico)	69
8.2.2. O método tópico-problemático	70
8.2.3. O método hermenêutico-concretizador	70
8.2.4. O método científico-espiritual	71

8.2.5. O método normativo-estruturante	72
8.2.6. A interpretação comparativa	72
8.3. Princípios de interpretação	72
8.3.1. Princípio da unidade da Constituição	73
8.3.2. Princípio do efeito integrador	73
8.3.3. Princípio da máxima efetividade	74
8.3.4. Princípio da justeza	74
8.3.5. Princípio da harmonização	74
8.3.6. Princípio da força normativa da Constituição	75
8.3.7. Interpretação conforme a Constituição	75
8.4. Teoria dos poderes implícitos	76

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE	79
1. Conceito	79
2. Titularidade	80
3. Formas de exercício	80
4. Espécies	82
4.1. Poder constituinte originário	82
4.2. Poder constituinte derivado	86
4.3. Poder constituinte difuso	88
4.4. Poder constituinte supranacional	88

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	91
1. Princípios fundamentais	91
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico ..	97
2.1. Origem	97
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek	98
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais ..	99
2.4. Distinção entre direitos e garantias	100
2.5. Características	100
2.6. Classificação	102
2.7. Destinatários	104
2.8. Relações privadas	105

2.9. Natureza relativa	108
2.10. Restrições legais	108
2.11. Conflito (ou colisão)	109
2.12. Renúncia	110
3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – Aspectos gerais	111
3.1. Aplicabilidade imediata	112
3.2. Enumeração aberta e interpretação	113
3.3. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente	115
3.4. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional	116
3.5. Tribunal Penal Internacional	117
4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º)	119
4.1. Direito à vida	120
4.2. Direito à liberdade	121
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I)	122
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	125
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	130
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	134
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X)	136
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	138
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	139
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	143
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI)	143
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX)	145
4.13. Representação processual <i>versus</i> substituição processual (art. 5.º, XXI e LXX; art. 8.º, III)	146
4.14. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI)	149
4.15. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	153
4.16. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV)	156
4.17. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	156
4.18. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII)	157
4.19. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	158

4.20. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”)	159
4.21. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV) ...	160
4.22. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI)	163
4.22.1. Relativização da coisa julgada	166
4.23. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII)	168
4.24. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII)	169
4.25. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL)	171
4.26. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	176
4.27. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	176
4.28. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	178
4.29. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII)	178
4.30. Extradicação (art. 5.º, LI e LII)	180
4.30.1. Procedimento	183
4.31. Devido processo legal (art. 5.º, LIV)	184
4.31.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade	185
4.32. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	187
4.32.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição	189
4.33. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI)	191
4.34. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII)	194
4.35. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)	196
4.36. Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX) ..	197
4.37. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI)	199
4.38. Direito à não autoincriminação e outros direitos do preso (art. 5.º, LXII, LXIII, LXIV e LXV)	200
4.39. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	202
4.40. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	205
4.41. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV)	208
4.42. Gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito (art. 5.º, LXXVI)	209

4.43. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	209
4.44. <i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII)	210
4.44.1. Ofensa indireta ao direito de locomoção	212
4.44.2. Descabimento	214
4.45. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX)	215
4.45.1. Natureza jurídica	216
4.45.2. Cabimento	216
4.45.3. Descabimento	217
4.45.4. Direito líquido e certo	218
4.45.5. Legitimação ativa	218
4.45.6. Legitimação passiva	219
4.45.7. Medida liminar	220
4.45.8. Vedação à concessão de medida liminar	221
4.45.9. Prazo para impetração	222
4.45.10. Competência	222
4.45.11. Recursos	223
4.45.12. Duplo grau de jurisdição	224
4.45.13. Pagamento a servidor	224
4.45.14. Descabimento de honorários advocatícios	225
4.45.15. Desistência	225
4.45.16. Mandado de segurança coletivo	225
4.46. Mandado de injunção	227
4.46.1. Mandado de injunção <i>versus</i> ADI por omissão	228
4.46.2. Cabimento	229
4.46.3. Descabimento	232
4.46.4. Legitimação	232
4.46.5. Eficácia da decisão	233
4.47. <i>Habeas data</i>	237
4.48. Ação popular	239
4.48.1. Objeto	241
4.48.2. Competência	243
5. Direitos Sociais	243
5.1. Noções	243
5.2. Enumeração constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.º)	246
5.3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11) ..	251

5.4. A problemática da concretização dos direitos sociais: <i>reserva do possível, garantia do mínimo existencial</i> e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário	253
5.5. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social (<i>effet cliquet</i>)	258
6. Nacionalidade	260
6.1. Noções	260
6.2. Espécies de nacionalidade	261
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade	261
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária)	261
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária)	264
6.6. Portugueses residentes no Brasil	266
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado ...	266
6.8. Perda da nacionalidade	267
6.9. Dupla nacionalidade	267
7. Direitos políticos	268
7.1. Noções	268
7.2. Direito ao sufrágio	269
7.3. Capacidade eleitoral ativa	270
7.4. Plebiscito e referendo	271
7.5. Capacidade eleitoral passiva	272
7.6. Inelegibilidades	273
7.6.1. Inelegibilidade absoluta	274
7.6.2. Inelegibilidade relativa	274
7.6.2.1. Motivos funcionais	274
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade	277
7.6.2.3. Condição de militar	279
7.6.2.4. Previsões em lei complementar	280
7.7. Privação dos direitos políticos	281
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral	282

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	285
1. Introdução	285
2. Formas de Estado	285

3. Formas de governo	288
4. Sistemas de governo	289
5. Regimes de governo	292
6. A Federação na Constituição de 1988	293
6.1. União	300
6.2. Estados-membros	301
6.2.1. Auto-organização e autolegislação	301
6.2.2. Autogoverno	302
6.2.3. Autoadministração	305
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente	305
6.3. Municípios	313
6.4. Distrito Federal	318
6.5. Territórios Federais	320
6.6. Formação dos estados	321
6.7. Formação dos municípios	324
6.8. Formação dos Territórios Federais	326
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados	327
7. Intervenção federal	328
7.1. Intervenção federal espontânea	329
7.2. Intervenção federal provocada	330
7.3. Decreto interventivo	335
7.4. Controle político	336
7.5. Controle jurisdicional	337
8. Intervenção nos municípios	338

CAPÍTULO 5

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	339
1. Noções	339
1.1. Modelos de repartição	340
1.2. Espécies de competências	341
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988	342
2. Competências da União	345
3. Competência comum	352
4. Competência legislativa concorrente	353

5. Competências dos Estados	359
6. Competências do Distrito Federal	360
7. Competências dos municípios	361

CAPÍTULO 6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	365
1. Noções introdutórias	365
2. Princípios administrativos	368
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública ...	375
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público	378
5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos	387
5.1. Noções gerais	387
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	391
5.3. Direito de greve dos servidores públicos	392
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	393
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	394
5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos ...	395
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	399
5.5. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos	400
5.6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos	402
5.7. Estabilidade	403
5.8. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos servidores públicos	406
5.9. Regime de previdência dos servidores públicos	407
6. Administração tributária	418
7. Obrigatoriedade de licitar	419
8. Responsabilidade civil da administração pública	422

CAPÍTULO 7

PODER LEGISLATIVO	427
1. Tripartição de poderes	427
2. Funções	432

3. Composição	433
3.1. Congresso Nacional	433
3.2. Câmara dos Deputados	435
3.2.1. Sistema proporcional	436
3.2.2. Fidelidade partidária	441
3.3. Senado Federal	442
4. Órgãos	443
4.1. Mesas diretoras	443
4.2. Comissões	445
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito	448
4.2.1.1. Criação	449
4.2.1.2. Poderes de investigação	452
4.2.1.3. Direitos dos depoentes	454
4.2.1.4. Competência	456
4.2.1.5. Incompetência	458
4.2.1.6. Controle judicial	461
4.2.1.7. Publicidade	462
4.3. Plenário	463
5. Reuniões	464
6. Atribuições	466
6.1. Atribuições do Congresso Nacional	466
6.2. Atribuições da Câmara dos Deputados	469
6.3. Atribuições do Senado Federal	472
6.4. Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado ...	475
7. Estatuto dos congressistas	476
7.1. Imunidades	477
7.1.1. Imunidade material	477
7.1.2. Imunidade formal	481
7.2. Foro especial em razão da função	486
7.3. Afastamento do Poder Legislativo	488
7.4. Desobrigação de testemunhar	490
7.5. Incorporação às Forças Armadas	491
7.6. Subsistência das imunidades	491
7.7. Incompatibilidades	491
7.8. Perda do mandato	492

7.9. Renúncia ao mandato	495
7.10. Manutenção do mandato	497
7.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	498
8. Tribunais de Contas	499
8.1. Tribunal de Contas da União	499
8.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	508

CAPÍTULO 8

PROCESSO LEGISLATIVO	511
1. Conceito	511
2. Classificação	512
3. Processo legislativo ordinário	513
3.1. Fase introdutória	513
3.1.1. Espécies de iniciativa	514
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora	516
3.1.3. Iniciativa popular	516
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo	517
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário	518
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária	519
3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público	520
3.1.8. Iniciativa da lei de organização dos Tribunais de Contas	521
3.1.9. Prazo para exercício de iniciativa reservada	521
3.1.10. Iniciativa privativa e emenda parlamentar	522
3.1.11. Vício de iniciativa e sanção	523
3.2. Fase constitutiva	524
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo	524
3.2.2. Atuação prévia das comissões	525
3.2.3. Deliberação plenária	526
3.2.4. Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada	529
3.2.5. Aprovação definitiva pelas comissões	529
3.2.6. Sanção	530
3.2.7. Veto	531
3.3. Fase complementar	536
3.3.1. Promulgação	536
3.3.2. Publicação	537

4. Procedimento legislativo sumário	539
5. Lei Ordinária	540
6. Lei Complementar	541
7. Processos legislativos especiais	543
7.1. Emendas à Constituição	543
7.2. Medidas provisórias	544
7.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária	545
7.2.2. Limitações materiais	545
7.2.3. Procedimento legislativo	547
7.2.4. Prazo de eficácia	550
7.2.5. Trancamento de pauta	550
7.2.6. Trancamento subsequente de pauta	551
7.2.7. Perda de eficácia	552
7.2.8. Apreciação plenária	556
7.2.9. Conversão parcial	557
7.2.10. Reedição	558
7.2.11. Medida provisória e impostos	560
7.2.12. Art. 246 da Constituição Federal	561
7.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	562
7.2.14. Retirada	563
7.2.15. Revogação	564
7.2.16. Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita	565
7.2.17. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais	566
7.2.18. Medida provisória <i>versus</i> lei delegada	567
7.2.19. Medida provisória nos estados-membros	568
7.3. Leis delegadas	569
7.4. Decretos legislativos	573
7.5. Resoluções	573
8. Processo legislativo nos estados-membros e municípios	575
9. Relação hierárquica entre as espécies normativas	576
9.1. Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas	585
10. Controle judicial do processo legislativo	587

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1. Introdução	591
---------------------	-----

2. Mutação e reforma	592
2.1. Revisão constitucional	594
2.2. Emenda à Constituição	598
3. Limitações ao poder de reforma	599
3.1. Limitações temporais	600
3.2. Limitações circunstanciais	601
3.3. Limitações processuais ou formais	602
3.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição	602
3.3.1.1. Ausência de participação dos municípios ...	603
3.3.1.2. Ausência de iniciativa popular	603
3.3.1.3. Ausência de iniciativa reservada	603
3.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição	604
3.3.2.1. Ausência de “Casa revisora”	605
3.3.2.2. Alteração substancial	606
3.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	607
3.3.3.1. Ausência de sanção ou veto	608
3.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada	608
3.4. Limitações materiais	609
3.4.1. A expressão “não será objeto de deliberação”	611
3.4.2. A expressão “tendente a abolir”	611
3.4.3. Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”	613
3.4.4. Vedação à “dupla revisão”	614
4. Controle judicial do Processo Legislativo de emenda	616
5. Controle judicial de emenda promulgada	618
6. Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima)	619
6.1. Emenda constitucional e direito adquirido	620
7. Reforma da Constituição estadual	620

CAPÍTULO 10

PODER EXECUTIVO	623
1. Noção de presidencialismo	623

2. Funções	625
3. Investidura	625
4. Impedimentos e vacância	629
4.1. Sucessão do Chefe do Executivo no caso de dupla vacância determinada pela Justiça Eleitoral	630
5. Atribuições	633
5.1. Poder regulamentar	636
6. Vice-presidente da República	638
7. Ministros de Estado	639
7.1. Atribuições	639
7.2. Responsabilização dos Ministros de Estado	640
8. Órgãos consultivos	641
9. Responsabilização do Presidente da República	643
9.1. Crimes de responsabilidade	643
9.2. Crimes comuns	647
9.2.1. Imunidades	648
9.2.2. Prerrogativa de foro	650
10. Governadores de Estado	652

CAPÍTULO 11

PODER JUDICIÁRIO	655
1. Introdução	655
2. Órgãos do Poder Judiciário	658
3. Funções típicas e atípicas	661
4. Garantias do Poder Judiciário	661
5. Organização da carreira	664
6. Garantias aos magistrados	667
7. Vedações	669
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	670
9. Conselho Nacional de Justiça	671
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos estados- -membros	678
11. Supremo Tribunal Federal	679

11.1. Competências	680
12. Superior Tribunal de Justiça	687
12.1. Competências	688
13. Justiça Federal	691
14. Justiça do Trabalho	695
15. Justiça Eleitoral	699
16. Justiça Militar	701
17. Justiça Estadual	703
18. Justiça do Distrito Federal	704
19. Justiça dos Territórios	704
20. “Quinto Constitucional”	704
21. Julgamento de autoridades	706
22. Precatórios judiciais	711
22.1. Exceção ao regime de precatórios	711
22.2. Ordem de pagamento	712
22.3. Atualização monetária e juros	713
22.4. Sequestro de valor	714
22.5. Decretação de intervenção	715
22.6. Vedação ao fracionamento	716
22.7. Compensação de créditos	716
22.8. Uso e cessão de valor consignado em precatório	717
22.9. Regras transitórias e matérias legadas ao legislador ordinário ..	717

CAPÍTULO 12

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	719
1. Introdução	719
2. Ministério Público	720
2.1. Composição	720
2.2. Posição constitucional	721
2.3. Princípios do Ministério Público	722
2.3.1. Princípio da unidade	722
2.3.2. Princípio da indivisibilidade	722
2.3.3. Princípio da independência funcional	722
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira	723

2.3.5. Princípio do promotor natural	724
2.4. Funções do Ministério Público	725
2.4.1. Atuação do Procurador-Geral da República	727
2.5. Ingresso na carreira	728
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais	729
2.7. Garantias dos membros	731
2.8. Vedações constitucionais	731
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público	732
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas	734
2.11. Prerrogativa de foro	736
2.12. Ação civil pública	737
2.12.1. Introdução	737
2.12.2. Objeto da ação civil pública	738
2.12.3. Restrições ao uso da ação civil pública	738
2.12.4. Partes na ação civil pública	740
2.12.5. Atuação do Ministério Público na ação civil pública	740
2.12.6. Responsabilidade do réu	741
2.12.7. Sentença	742
2.12.8. Inquérito civil e ação civil pública	742
2.12.9. Ação civil pública e ação popular	743
3. Advocacia pública	744
4. Advocacia	746
5. Defensoria Pública	751

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	755
1. Introdução	755
2. Presunção de constitucionalidade das leis	758
3. Conceito e espécies de inconstitucionalidades	759
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	761
3.2. Inconstitucionalidade material e formal	762
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial	764
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição	766
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta	769

3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente	770
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	771
3.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada” ..	772
4. Sistemas de controle	772
5. Modelos de controle	773
6. Vias de ação	774
7. Momento do controle	776
8. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil	776
8.1. A Constituição de 1824	777
8.2. A Constituição de 1891	777
8.3. A Constituição de 1934	778
8.4. A Constituição de 1937	779
8.5. A Constituição de 1946	779
8.6. A Emenda Constitucional 16/1965	780
8.7. A Constituição de 1967/1969	780
8.8. A Constituição de 1988	781
9. Jurisdição constitucional	784
10. Fiscalização não jurisdicional	787
10.1. Poder Legislativo	788
10.2. Poder Executivo	792
10.3. Tribunais de contas	794
11. Controle difuso	794
11.1. Introdução	794
11.2. Legitimação ativa	796
11.3. Espécies de ações judiciais	796
11.4. Competência	798
11.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário	798
11.5. Parâmetro de controle	802
11.6. Recurso extraordinário	802
11.7. Efeitos da decisão	806
11.8. Atuação do Senado Federal	807
11.9. Súmula vinculante	811

11.9.1. Iniciativa	813
11.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República	814
11.9.3. Manifestação de terceiros	814
11.9.4. Requisitos	815
11.9.5. Deliberação	816
11.9.6. Início da eficácia	816
11.9.7. Descumprimento	817
11.9.8. Súmulas anteriores à EC 45/2004	817
12. Controle abstrato	818
12.1. Introdução	818
12.2. Ação direta de inconstitucionalidade	820
12.2.1. Conceito	820
12.2.2. Legitimação ativa	821
12.2.3. Objeto	826
12.2.4. Parâmetro de controle	833
12.2.5. Causa de pedir aberta	836
12.2.6. Petição inicial	838
12.2.7. Imprescritibilidade	839
12.2.8. Impossibilidade de desistência	839
12.2.9. Pedido de informações	840
12.2.10. Suspeição e impedimento de Ministro	841
12.2.11. Impossibilidade de intervenção de terceiros	842
12.2.12. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	843
12.2.13. Atuação do Advogado-Geral da União	846
12.2.14. Atuação do Procurador-Geral da República	847
12.2.15. Atuação do relator na instrução do processo	849
12.2.16. Medida cautelar em ADI	850
12.2.17. Decisão de mérito	856
12.2.17.1. Deliberação	856
12.2.17.2. Natureza dúplice ou ambivalente	857
12.2.17.3. Efeitos da decisão	858
12.2.17.4. Modulação dos efeitos temporais	863
12.2.17.5. Definitividade da decisão de mérito	868
12.2.17.6. Limites da eficácia retroativa	868
12.2.17.7. Transcendência dos motivos determi- nantes	869
12.2.17.8. Inconstitucionalidade “por arrastamento” ...	873

12.2.17.9. Momento da produção de efeitos	875
12.2.17.10. Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF	875
12.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	877
12.3.1. Introdução	877
12.3.2. Legitimação ativa	878
12.3.3. Legitimação passiva	879
12.3.4. Objeto	880
12.3.5. Procedimento	881
12.3.6. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	882
12.3.7. Concessão de medida cautelar	882
12.3.8. Efeitos da decisão de mérito	883
12.3.9. ADO <i>versus</i> mandado de injunção	884
12.4. Ação declaratória de constitucionalidade	885
12.4.1. Introdução	885
12.4.2. Principais aspectos comuns	887
12.4.3. Objeto	888
12.4.4. Relevante controvérsia judicial	889
12.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma	890
12.4.6. Medida cautelar	890
12.4.7. Não atuação do Advogado-Geral da União	892
12.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	892
12.5.1. Introdução	892
12.5.2. A arguição autônoma e a arguição incidental	894
12.5.3. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	896
12.5.4. Preceito fundamental	900
12.5.5. Subsidiariedade da ADPF	902
12.5.6. Competência e legitimação	904
12.5.7. Petição inicial e procedimento	905
12.5.8. Medida liminar	906
12.5.9. Decisão	907
12.6. Representação interventiva	913
12.7. Controle abstrato nos estados	917
12.7.1. Introdução	917
12.7.2. Competência	918
12.7.3. Legitimação	918

12.7.4. Parâmetro de controle	920
12.7.5. Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual	921
12.7.6. Simultaneidade de ações diretas	922
12.7.7. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual	926
12.7.8. Distrito Federal	928
12.7.9. Representação interventiva	929
CAPÍTULO 14	
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS ..	931
1. Introdução	931
2. Estado de defesa	932
2.1. Pressupostos	933
2.2. Prazo	934
2.3. Abrangência	934
2.4. Medidas coercitivas	934
2.5. Controle	935
3. Estado de sítio	936
3.1. Pressupostos	937
3.2. Duração	938
3.3. Abrangência	938
3.4. Medidas coercitivas	939
3.5. Controle	940
4. Forças Armadas	943
5. Segurança pública	947
CAPÍTULO 15	
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	953
1. Introdução	953
2. Competência tributária	955
2.1. Competência para legislar sobre Direito Tributário	956
3. Conceito de tributo e espécies tributárias integrantes do Sistema Tributário Nacional	960
3.1. Conceito de tributo	960

3.2. Impostos	961
3.3. Taxas	965
3.4. Contribuições de melhoria	971
3.5. Empréstimos compulsórios	972
3.6. Contribuições	973
4. Princípios tributários constitucionais e limitações ao poder de tributar	978
4.1. Princípio da legalidade tributária	979
4.2. Princípio da igualdade tributária	981
4.3. Princípio da irretroatividade tributária	982
4.4. Princípio da anterioridade do exercício financeiro	983
4.5. Princípio da anterioridade nonagesimal (noventena)	985
4.6. Princípio do não confisco e princípio da capacidade contributiva	987
4.7. Princípio da liberdade de tráfego	990
4.8. Princípio da uniformidade geográfica e princípio da não discriminação tributária	992
4.9. Imunidades tributárias	993
4.9.1. Imunidades previstas no art. 150 da Constituição Federal	994
4.9.2. Outras imunidades	1002
5. Repartição das receitas tributárias	1004

CAPÍTULO 16

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1009
1. Introdução	1009
2. Meios de atuação do estado na área econômica	1012
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988	1013
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica ...	1013
3.1.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano	1014
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica	1015
3.1.2.1. Soberania nacional	1015
3.1.2.2. Propriedade privada e sua função social ...	1016
3.1.2.3. Livre concorrência	1017
3.1.2.4. Defesa do consumidor	1018

3.1.2.5. Defesa do meio ambiente	1019
3.1.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego	1021
3.1.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas ...	1022
3.2. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito ...	1024
3.3. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos ...	1028
3.4. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio	1032
3.5. Atuação do Estado como agente regulador	1034
3.6. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	1036
3.7. Política urbana	1038
3.8. Política agrícola e fundiária, e reforma agrária	1040
3.9. Sistema Financeiro Nacional	1043
CAPÍTULO 17	
ORDEM SOCIAL	1047
1. Seguridade social	1047
1.1. Saúde (arts. 196 a 200)	1050
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202)	1052
1.2.1. Regras para aposentadoria	1054
1.2.2. Regra de transição de aposentadoria voluntária integral	1055
1.2.3. Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional	1055
1.2.4. Regra de transição para professor	1056
1.2.5. Regime de previdência privada complementar	1056
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204)	1057
2. Educação (arts. 205 a 214)	1058
2.1. Princípios constitucionais do ensino	1058
2.2. Autonomia das universidades	1059
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino	1059
2.4. Participação da iniciativa privada	1060
2.5. Fixação de conteúdo	1060
2.6. Organização dos sistemas de ensino	1061

2.7. Aplicação de recursos na educação	1061
2.8. Plano nacional de educação	1062
3. Cultura (arts. 215 e 216)	1063
4. Desporto (art. 217)	1064
5. Ciência e tecnologia (arts. 218 e 219)	1065
6. Comunicação social (arts. 220 a 224)	1066
6.1. Comunicação social e liberdade de informação	1066
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação ..	1067
6.3. Participação do capital estrangeiro	1068
6.4. Controle do legislativo e delegação	1068
7. Meio ambiente (art. 225)	1069
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao ido- so	1071
9. Índios	1076
BIBLIOGRAFIA	1079